



O pensamento social sobre o político dos estudantes universitários de Luanda e Lubango¹

Elisete Marques da Silva

O contexto histórico

No momento do acesso do país à independência, em 1975, a sociedade angolana era constituída por uma sociedade central, organizada à volta de centros urbanos com ramificações nas áreas rurais, as quais eram reduzidas a uma situação de periferia, gozando no entanto de alguma autonomia.

¹ Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004. A autora natural de Angola é docente no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e investigadora do Centro de Estudos Africanos – ISCTE.

Na Angola independente o regime de partido único, o MPLA, que se instala no poder vai tentar implementar um modelo socializante. O sistema económico caracteriza-se pela planificação central, assistindo-se à nacionalização de toda a economia e riqueza do país, havendo ao mesmo tempo uma tentativa de extensão de serviços básicos a toda a população (educação, saúde, bens de primeira necessidade, etc.). Porém a estrutura básica da sociedade angolana mantém-se, e no seio da sociedade central forma-se rapidamente uma classe-Estado que controla os aparelhos partidário, administrativo, militar e económico.

Já a partir do 2º congresso do MPLA, em 1985, a linha dentro do partido que representava tendências liberalizantes começa a ter algum peso. Contudo, é a partir dos anos 90, numa conjuntura internacional favorável, que esta tendência se vai impor. As eleições de 1992, sob a égide internacional, vão oficialmente permitir que o sistema político de partido único dê lugar a um sistema multipartidário, legitimando uma situação entretanto já existente de economia de mercado.

A condicionar estes processos houve, desde a independência até inícios de 2002, uma guerra civil entre o governo do MPLA e o partido principal da oposição, a UNITA, com intervenções internacionais de ambos os lados. Uma trégua temporária permitiu a entrada da UNITA nas eleições e no sistema pluripartidário, mas este último começou a encaminhar-se para um funcionamento normal só a partir do fim da guerra civil.

A guerra civil e o fracasso da experiência de planificação central conduziram a uma desagregação muito acentuada da economia “formal”, das infra-estruturas de toda a ordem e até das economias da maior parte das sociedades rurais. Um maciço êxodo rural aumentou enormemente a concentração nas cidades, cuja população representa hoje provavelmente mais de metade da população total.

Entretanto, a classe-Estado, oriunda da fase “socialista”, transformou-se no decorrer dos anos 90 num segmento complexo de detentores do poder político, económico e militar (com outros segmentos agregados) que domina a sociedade de forma autoritária e prossegue uma política de “acumulação primitiva” a curto prazo. A contrapartida é o

empobrecimento da maioria da população, a um ponto onde para uma parte desta está em causa a própria sobrevivência².

É certo que o fim da guerra abriu a porta para processos de recomposição política, económica e social capazes de, a prazo, transformar a realidade acima descrita. Embora estes processos sejam até agora bastante lentos, não deixam de constituir um objecto relevante de análise³.

Natureza do estudo

Num esforço de captar a dinâmica actual importa ir além dos estudos confinados às práticas manifestas, completando-as por análises sobre o pensamento social relativo ao político, prevalecente entre os angolanos. Captar esta “dimensão subjectiva” não ajuda apenas a compreender melhor o processo em curso, mas constitui um subsídio indispensável para compreender as suas potenciais direcionalidades.

É neste contexto que a autora iniciou em 2003 um estudo sobre o pensamento social⁴ dos estudantes universitários em Angola que poderá ser uma contribuição particularmente interessante, partindo da ideia de que a “descompressão” iniciada em 2002 terá criado melhores condições para que estes estudantes venham a tornar-se, em política, actores sociais de relevo, à imagem do que sucedeu noutras sociedades⁵. Há três circunstâncias que os tornam actores sociais com especiais potencialidades para a

² Ver as análises feitas, entre outros, por André Sango, Christine Messiant, Keith Sommerville, Manuel Ennes Ferreira, Nelson Pestana e Tony Hodges bem como os relatórios da Global Witness e da Human Rights Watch. A título de resumos, ver Nelson Pestana “A classe dirigente e o poder em Angola” e Franz Heimer, “Dinâmicas políticas dos países da África Lusófona”, comunicações ao mesmo Congresso.

³ Veja “Da paz militar à justiça social” número especial de *Accord*, 2004.

⁴ Ver Jorge Vala & Maria Benedicta Monteiro (orgs.), *Psicologia Social*, 6ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004 e Franz-Wilhelm Heimer, Jorge Vala-Salvador e José Manuel Leite Viegas, “Cultura política: uma leitura interdisciplinar”, *Sociologia: Problemas e práticas*, 8, 1990, pp.9-28.

⁵ Este estudo foi empreendido pela autora na sequência da sua colaboração no projecto “Recomposições dos espaços políticos na África Lusófona” a decorrer no Centro de Estudos Africanos – ISCTE. Ver Franz-Wilhelm Heimer & Elisete Marques da Silva, “Culturas políticas em Angola e Moçambique: Elementos para uma agenda de investigação”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 3, 2002, pp. 27-37 e Franz-Wilhelm Heimer, Elisete Marques da Silva e Gabriel Mithá Ribeiro, “Representações sociais, valores e atitudes face ao político em Angola e Moçambique”, comunicação apresentada no mesmo congresso. Convém salientar a semelhança, por explicar, do pensamento social manifestado pelos estudantes universitários e a população urbana em geral, inclusive a da periferia urbana.

futura intervenção no espaço político: a sua origem privilegiada, em termos sociais, económicos e culturais, a sua possibilidade de adquirirem um capital cultural de destaque, e a particular intensidade do debate e da reflexão política que se verifica no seu meio.

O texto aqui apresentado resume o essencial da fase preliminar do estudo, baseando-se em 20 entrevistas de grupo realizadas pela autora de Julho a Setembro de 2003, em Luanda e no Lubango ⁶. As entrevistas foram semi - estruturadas e deram espaços consideráveis para os participantes desenvolverem o seu discurso e, via de regra, algum debate entre eles.

As suas manifestações, em quase todos os casos extraordinariamente desinibidas, permitem no essencial captar aspectos fundamentais das suas cognições (ou representações) sociais sobre o político por eles vivido, a sua adesão a valores políticos (e sociais) fundamentais e as suas avaliações sobre a forma como estes valores têm vindo a ser implementados, bem como, numa certa medida, as suas disposições para intervenções no processo político.

Nesta fase preparatória estes aspectos foram introduzidos de forma genérica, com o objectivo de preparar uma investigação mais focada. Este procedimento torna-se tanto mais necessário quanto a população alvo nunca esteve em situação de se articular desta forma muito embora tivesse ficado patente, no decorrer do trabalho que entre pares se discutam as mesmas preocupações com alguma frequência.

A seguir registam-se as manifestações mais salientes, no essencial sob a forma de simples listagens, uma vez que o carácter exploratório do trabalho já efectuado não fornece ainda uma base segura para análises no sentido estrito.

⁶ As entrevistas foram feitas com estudantes da Universidade Agostinho Neto nas Faculdades de Economia (curso de economia), de Engenharia (cursos de arquitectura, engenharia de minas e engenharia química), de Direito (curso de direito), de Letras e Ciências Sociais (cursos de história, de ciências políticas e de psicologia), de Medicina e no Instituto Superior de Ciências da Educação (cursos de sociologia e de letras) em Luanda, e no ISCED de Lubango, da Universidade Católica de Angola em Luanda (curso de gestão), da Universidade Lusíada de Angola em Luanda (cursos de economia e de

Cognições sociais sobre o político

As representações sociais dos entrevistados em relação à política concentram-se sobre três “objectos analíticos”: os actores sociais presentes na política, as características do regime político e o exercício efectivo do poder político.

Os actores sociais presentes na esfera política aparecem nas representações sociais dos entrevistados de uma forma basicamente dicotómica: por um lado, os detentores do poder, por outro lado a restante sociedade. Entre os dois, aparecem como actores de menor relevo o Estado, os partidos políticos e as ONGs.

Os detentores do poder político e/ou económico, “os que mandam”, são percebidos como um pequeno grupo de ricos, “donos de tudo”, numa alteridade total em relação à maioria da população: “Os governantes só se importam com eles próprios e respectivas famílias”. Na percepção dos entrevistados, este grupo mantém-se no poder, porque detém os mecanismos de violência que impedem a alteração desta situação por parte de outros segmentos da sociedade. O poder político concentra-se em círculo vicioso neste grupo, os lugares de relevo na sociedade ocupados por pessoas da mesma “tribo”⁷. A mudança para a economia de mercado trouxe o individualismo, a ganância e a corrupção deste grupo, que não tem referências democráticas.

Em contraponto aos “políticos”, a “sociedade”, entidade algo abstracta no discurso dos entrevistados, também não tem referências democráticas, é analfabeta e não tem acesso à informação e à consciência dos seus direitos e poderes. Está ocupada com a luta pela sobrevivência, não tendo tempo para pensar⁸.

direito), do Instituto Superior Privado de Angola em Luanda (curso de fisioterapia), do Instituto Piaget de Angola em Viana (curso de medicina). O total dos participantes nestas entrevistas foi de 118.

⁷ De acordo com as percepções dos entrevistados, os mecanismos de reprodução deste grupo passam também pelas obrigações que tradicionalmente as relações de parentesco impõem, bem como algumas vezes por crenças e práticas de “feitiçaria”.

⁸ Convém referir que a “sociedade” é vista como agressiva para o indivíduo, no dia a dia, imperando a corrupção, a arbitrariedade e a indiferença.

O Estado aparece como uma entidade vaga que se omite dos seus deveres, sem capacidade técnica. Algumas percepções vão no sentido da sua inexistência. Há de qualquer maneira a percepção de que o Estado tem uma presença muito limitada fora das cidades.

De um modo praticamente igual ao Estado, os partidos são percebidos como situando-se numa alteridade total em relação à sociedade e como gravitando à volta do “poder”. Na opinião dos entrevistados os partidos - como o Estado - não têm qualquer conhecimento da realidade social.

As ONGs são percebidas como “ajudando” as populações, mas a convicção mais saliente é que elas limitam a capacidade de pensar dos cidadãos e são uma fonte de maiores dependências das pessoas.

A representação social mais saliente sobre o regime político é o seu carácter repressivo, autoritário e por vezes ditatorial, sendo que a figura do Presidente aparece como responsável central pela situação.

O regime político é percebido como formalmente democrático, mas não seguindo na prática as regras democráticas. O povo não conhece os mecanismos – nem formais nem reais - do poder, ou conhecendo-os, é impedido de (re-) agir por existir uma cultura do medo.

A representação social mais forte sobre o exercício da política integra duas componentes atrás referidas: se por um lado o poder político é percebido numa alteridade total em relação à população, ele detém por outro lado os mecanismos necessários para impedir que a população se expresse e articule politicamente. Estes mecanismos são visíveis (através da repressão policial em diversas formas) e possuem peso simbólico, como consequência da interiorização das formas assumidas pela repressão: a simples crítica pode pôr em perigo não só a situação profissional e económica da pessoa (e eventualmente da sua família), mas também a liberdade física e até a própria vida. Há a omnipresença da polícia, para reprimir, sendo que não existe qualquer instância que ouça a população, exercendo-se o poder de forma arbitrária, sem respeito pela constituição e pelas leis existentes.

Outra percepção, que no fundo é complementar a esta, consiste na crença de existirem formas deliberadas de impedir o funcionamento da democracia através da concentração do poder na pessoa do Presidente e/ou no MPLA: as instituições constitucionais não funcionam com normalidade democrática, como p. ex. o parlamento (cujas decisões partem do Presidente, não tendo a oposição voz activa) e os tribunais, vistos como não gozando de independência face ao poder.

A tudo isto acrescenta-se a representação social de que esta prática política provoca na “sociedade” o esvaziamento dos valores humanos, que redundam numa cultura da indiferença e do individualismo.

Convém salientar que houve consenso entre os entrevistados no sentido de o padrão básico reflectido nas suas percepções se manter no essencial mesmo depois do fim da guerra civil.

Valores políticos

A dimensão avaliativa teve o destaque maior no discurso dos entrevistados, com especial relevo para os valores políticos e sociais preconizados. Foi sempre referida a guerra (“a guerra quebrou os valores”) vista como geradora de um ambiente de violência e desconfiança que limitou e/ou erradicou a observância de valores considerados importantes pelos entrevistados. Também a mudança do modelo político, do socialismo para a democracia, resultou na sua opinião numa “libertinagem” a todos os níveis: “a guerra não acaba com a moral; o sistema é que afecta a moral das pessoas”. A guerra e o regime político vigente existente redundaram para eles na falta de sentido e de pertença para partes significativas da sociedade.

Foi uma constante no seu discurso a existência de uma sociedade vazia de valores considerados positivos por eles. Destaca-se de forma dicotómica a ganância de uma minoria por um lado, e por outro a quase letargia da maioria da população, que na sua luta pela sobrevivência não tem espaço mental para pensar sobre o político. A pobreza

faz com que não haja uma perspectiva de longo prazo para a sociedade: “não há tempo para sentar, ouvir, discutir e analisar prioridades”.

Os valores políticos que os jovens expressaram nas entrevistas são por eles vistos como uma espécie de contraponto da sua vivência urbana. No seu “olhar” sobre o político este é apreendido frequentemente como algo de caótico, sem ancoragens estruturantes do pensamento sobre este objecto. Muitas vezes aparecem como factores estruturantes do pensamento a referência aos valores cristãos e/ou aos valores da sociedade tradicional africana, real ou imaginada⁹. A religião fornece a boa parte dos entrevistados como que um código de conduta ética. As referências à sociedade tradicional africana articuladas por uma minoria significativa, evocam os princípios reguladores das sociedades rurais e a forma como captam a “desordem” no quotidiano: “o indivíduo na sociedade tradicional é filho *da, na e para* a comunidade”. Os valores situam-se a nível do *ser* e não do *ter*.

Confrontados com um leque relativamente extenso de possíveis valores políticos, o valor da existência de regras claras para o país, o valor de um rumo definido para o país, o valor da participação, o valor da solidariedade, o valor da liberdade, o valor da justiça social, o valor dos direitos humanos e o valor da segurança, é interessante registar os que mereceram maior ou menor adesão, mas também as conotações a associações que vieram à tona.

O valor da boa governação aparece como sinónimo de transparência na gestão dos bens comuns, implicando honestidade em oposição à corrupção, mas também como sinónimo da existência de serviços básicos para a população (saúde, educação, etc.). O investimento na formação de quadros para o desenvolvimento mereceu um certo destaque dos estudantes. Foi interessante que aliado a este valor aparecesse algumas vezes um outro designado “espírito patriótico”, traduzindo a colocação dos interesses da nação acima dos interesses individuais.

⁹ A percepção de uma sociedade onde ninguém tem fome; onde há o respeito pela vida; existem os valores da família africana, onde os mais velhos são respeitados; existe vida em comunidade e prevalece um “solidariedade cósmica” (Deus/comunidade/natureza/antepassados).

O valor da existência de regras claras e de um rumo definido para o país, professado com ênfase, reflecte antes de tudo a exigência de um funcionamento regular dos aparelhos de Estado, como contraponto à prática da arbitrariedade.

A participação, outro valor ao qual os jovens dão muita importância, aparece por sua vez ligada à liberdade na política, na sociedade e /ou na economia. A participação situa-se tanto ao nível macro, nas tomadas de decisão ao nível das escolhas políticas nacionais, nomeadamente no que respeita as opções para o desenvolvimento, como ao nível local, através dos órgãos do poder local (provinciais, autárquicos e de bairro) e finalmente ao nível individual com a possibilidade de expressão através dos instrumentos democráticos, dos assuntos que afligem o quotidiano das pessoas.

A solidariedade e a liberdade aparecem muitas vezes em estreita associação, com grande destaque na hierarquia de valores, sendo também a liberdade entendida por muitos numa perspectiva menos individual e mais de grupo. A liberdade colectiva (de culto, de partido, de reunião, de associação) aparece assim em complementaridade da individual (expressão, exercício da cidadania, etc.) É interessante que os jovens tenham destacado a nível individual o anseio por uma liberdade “mental”, em contraponto aos constrangimentos que o poder e a experiência vivida das práticas políticas, económicas e sociais procuram impor ao seu pensamento.

A justiça social é postulada com uma diversidade de conotações, todas elas derivadas da noção de igualdade: igualdade perante a lei, igualdade das raças e das etnias, igualdade no exercício dos direitos políticos e no acesso aos bens básicos (saúde, educação, emprego, terra). Como condição impõe-se, na perspectiva de grande parte dos entrevistados, a existência de uma ética social que implicasse um compromisso com a sociedade.

Os direitos humanos fundamentais são outros valores salientes no discurso dos entrevistados, especialmente o direito à vida e o direito à dignidade da pessoa humana.

O valor da segurança aparece com muita frequência, sempre no sentido da segurança pessoal: a segurança física (com referência à criminalidade e à arbitrariedade das forças

de segurança) e a segurança de bens (roubos em geral e a extorsão por parte das forças da ordem).

Avaliações da política

A democracia multipartidária e descentralizada aparece, na quase totalidade dos estudantes como o modelo político que de melhores condições dispõe para que todos valores possam ser concretizados. O exercício efectivo da democracia – contraposto ao simulacro agora existente - permitiria, no entender dos jovens, a implementação dos valores por eles considerados importantes, e a “fruição dos bens que a nação possui”, por parte da maioria da população. Destaca-se neste contexto a importância dada à existência de um poder local efectivo.

Havendo unanimidade entre os entrevistados no sentido de uma democracia representativa / pluripartidária (com um equilíbrio entre os valores tradicionais e os valores da globalização) ser o sistema que, em princípio, melhor garante a realização dos valores professados, considera-se porém ao mesmo tempo que a melhoria na observância destes valores a partir dos anos 90 foi muito pouca ou mesmo nula. O sistema democrático não foi posto em prática no país: “há direitos no papel e torto na prática”. A explicação dada para esta situação é complexa e ultrapassa as responsabilidades individuais: em primeiro lugar os modelos do sistema político que se seguiram à independência (socialista e democrático) são modelos importados e transpostos para a realidade dos angolanos sem que algumas premissas tivessem sido asseguradas: sem se saber o que os angolanos querem para o país “foi o topo da hierarquia que a introduziu sob pressão externa; não é o povo que quer e sente. Os dirigentes que a introduziram não têm referências democráticas e o povo é analfabeta”.

Não se podendo fazer tábua rasa de que se está em África, muitos entrevistados são da opinião que é preciso integrar na política nacional alguns valores locais, nomeadamente no que se refere à forma como o poder tradicional era praticado através dos sobas. Interessantes, porque referenciada quase como alternativa à situação percebida, foram os exemplos dados para esta integração: a forma de gerir a justiça e a forma de organizar a sociedade (“pôr ordem”).

Antes do final da guerra já havia na percepção dos entrevistados alguns sinais de mudança, particularmente no que respeita alguma abertura na liberdade de expressão. No entanto, o valor mais importante para os jovens, a justiça social, não registou qualquer alteração, continuando a não ser respeitado pela prática política.

No que respeita a solidariedade, que existiu na fase imediatamente posterior à independência, julga-se que ela se perdeu em grande parte, sobretudo em relação aos mais velhos, às mulheres e às crianças. A nível individual é “cada um por si e Deus por todos”. Há como que uma cegueira perante o outro em situação de dificuldade. A solidariedade existe apenas no contexto das ONGs e Igrejas.

O valor da liberdade não é respeitado. Existe como que uma liberdade direccionada/condicionada apenas no quadro do MPLA. Não existe liberdade de imprensa. Os meios de comunicação social são manipulados pelo poder político. O medo de ser preso inibe a liberdade individual e colectiva. De ressaltar que em relação a este valor os jovens destacam como sendo pior a situação nas províncias onde o medo impera, já que os cargos políticos são ocupados por indivíduos estranhos às comunidades e directamente nomeados pelo presidente, e que no seu exercício das suas funções se observa uma arbitrariedade ainda maior do que na capital. Destaca-se nas avaliações a noção de a liberdade de auto regulação das comunidades rurais estar a ser seriamente violada pela usurpação das terras de pequenos proprietários por fazendeiros exteriores a estas comunidades, violando todas as regras tradicionais e até as leis do Estado angolano.

O valor da participação também não é respeitado, a não ser quando a participação é exercida no sentido da lógica partidária dominante; quem participa noutra forma ou é “marcado”, ou é morto ou é corrompido. O acesso aos documentos de identidade é difícil redundando na não existência cívica para parte significativa da população.

Os valores dos direitos humanos não são respeitados, mas sistematicamente violados: “o ser humano não vale nada, vale menos que uma galinha”.

Não existe justiça social: a pobreza é extrema e há desigualdades de todo o tipo (merecendo a desigualdade de género uma certa destaque, por parte de alguns dos

entrevistados). A igualdade de oportunidades não existe. Permanecem as situações de grande riqueza, ao lado de gente que “não vive nem sobrevive”. Os flagelos sociais aumentaram: o desemprego, os meninos de rua...

Não existe boa governação: as necessidades básicas da população não estão satisfeitas, pois “quem não tem dinheiro, não tem nada”. A fruição das riquezas país é apenas de uma minoria. O governo é omissivo e os seus quadros sem formação e sem competência técnica. Não há perspectivas de desenvolvimento a médio prazo. O governo aplica a lei só num sentido; a população só tem deveres, não tem quaisquer direitos.

Não há regras claras e rumo definido para o país: “apenas ambição e ganância dos que detêm o poder”. A intolerância está presente devido à inexistência de normas que regulem o estar em sociedade. A lei não é aplicada. No caso de conflitos, mesmo que a pessoa se queixe, não há justiça.

Na percepção dos estudantes há desde o fim da guerra para alguns destes valores certos indícios de um respeito maior, enquanto que o desrespeito pela maior parte se mantém ou até piorou, como nos casos da boa governação (aumentou a fome e a miséria), das regras claras e do rumo definido para o país e também da justiça social.

A melhoria mais significativa observou-se em relação ao valor da liberdade, a nível individual (maior acesso à informação, liberdade de se falar de política, liberdade de circulação de bens e de pessoas) como a nível de grupo (maior liberdade de associação). No entanto, a liberdade de expressão ainda se encontra bastante condicionada. A polícia interna abrandou um pouco; todavia o facto de dela depender a permanência do MPLA no poder a sua actuação mantém-se.

No que respeita às províncias, onde a situação se mantém em grande parte inalterada (destaque para o fim das hostilidades), mantiveram-se os constrangimentos anteriores, agravando-se em alguns casos, nomeadamente no que respeita ao acesso à terra.

Disposições para intervir no processo político

As reacções à questão de saber qual era a disposição dos entrevistados para intervir no processo político não tiveram uma expressão verbal tão participada como as anteriores. O facto de uma série de entrevistados se remeterem ao silêncio, traduz de certo modo uma atitude de “esperar para ver”, ou de não verem hipóteses reais de intervirem no sentido de uma concretização dos seus anseios. Apesar disto, as reacções expressas foram maioritárias. Os estudantes acreditam em geral na mudança, dado que há muita gente consciente e revoltada com a situação. Por outro lado acreditam na capacidade de tolerância da sociedade em relação às pessoas que cometeram atrocidades, havendo sinais de “reconciliação”

O grupo mais assertivo manifestou disposições de intervir no quadro do exercício da cidadania através do voto e participando na vida pública, quer em associações de carácter cívico, quer no quadro das Igrejas em acções de conscientização, e/ou ajuda. Alguns dos entrevistados já têm envolvimento desta natureza.

A nível individual as disposições expressas foram em duas direcções: ética na prática pessoal e profissional futura, p. ex. não aceitando ou dando “gasosa” (subornos), para obter ou fornecer serviços, ajudando/defendendo os mais necessitados (em particular estudantes nas áreas de medicina e direito), conscientizando as pessoas na área dos seus direitos, educando para a liberdade democrática, e/ou aconselhando a não votação no partido do poder (no caso daqueles que de algum modo pensam trabalhar ou já trabalham nas áreas da formação). A outra direcção foi a militância e/ou inscrição no partido dominante a fim de modificar este partido a partir do seu interior.

Conclusão

A análise preliminar dos resultados da pesquisa até à data realizada fornece uma base para um leque vasto de hipóteses sobre o pensamento social dos estudantes sobre o político. Alguns valores fundamentais - a liberdade e a participação, a solidariedade e a justiça social bem como os direitos humanos - parecem já acusar um grau considerável de sedimentação. É duvidoso que o mesmo se aplique a outros valores e a muitas das

cognições, avaliações e disposições de acção, de modo que não estamos confrontados com padrões de cultura política bem definidos e solidamente estabelecidos. No entanto, parece justificada a expectativa de que o grupo social dos actuais estudantes universitários angolanos vai no futuro contribuir de forma significativa para uma transformação do regime político, no sentido dos valores políticos e sociais por eles defendidos.